

# OS LAVRADORES DE CANA DE SÃO SEBASTIÃO\*

Ramón V. García Fernández\*\*

RESUMO: É bem conhecida a importância dos agricultores que plantavam cana sem terem engenhos (os lavradores) no Brasil colonial em geral, mas não em São Paulo. Mostra-se neste artigo, porém, que sua presença foi muito significativa na vila paulista de São Sebastião, onde se verificou um auge econômico centrado na lavoura canavieira entre 1780 e 1830 aproximadamente. Sugere-se aqui que o aumento muito rápido da demanda de açúcar no período focalizado talvez tenha levado os fazendeiros mais ricos a concentrarem seus recursos na construção de engenhos, precisando então complementar indiretamente a mão-de-obra com o trabalho de outros indivíduos livres e dos eventuais escravos destes.

UNITERMOS: Cana-de-açúcar; São Sebastião (SP); lavradores; escravos; Brasil colonial.

## Introdução

A lavoura canavieira no Brasil no período colonial apresentou uma característica que, segundo Stuart Schwartz, permitiria diferenciá-la das demais economias que se voltaram à dita cultura na mesma época. Com efeito, este historiador afirma que:

“desde seus primórdios, a economia açucareira do Brasil distinguiu-se das de suas congêneres no Novo Mundo porque grande parte da matéria-prima essencial, a cana-de-açúcar, e da força de trabalho escrava foi controlada não pelos engenhos, mas por lavradores de cana”<sup>1</sup>.

- \* Este artigo foi inicialmente apresentado na 16ª sessão do *Seminário Permanente para o Estudo da Família e da População no Passado Brasileiro*, organizado pelo IPE/USP. Alguns comentários da 5ª seção originaram-se em observações feitas por Luiz Carlos Delorme Prado e por Pedro Carvalho de Melo, aos quais o autor agradece.
- \*\* Professor do Depto. de Economia da UFPR.
- 1. SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo, Companhia das Letras, 1988. p. 247.

Outros pesquisadores também destacaram a existência de lavradores, embora reduzissem a abrangência da afirmação anterior. Peter Eisemberg<sup>2</sup>, por exemplo, não propõe tão enfaticamente que a sua presença caracterize a economia açucareira brasileira como um todo, apontando para sua importância na Bahia da segunda metade do século XVII e na primeira metade do século XIX em Pernambuco, ao mesmo tempo em que considera a sua inexistência como característica do açúcar paulista.

Esta afirmação de Eisemberg converge com as apreciações formuladas nesse sentido em dois trabalhos clássicos sobre o período de crescimento da lavoura canavieira verificado em São Paulo entre 1775 e 1850, aproximadamente: os de Maria Thereza Petrone<sup>3</sup> e Suely Queiroz<sup>4</sup>. Esta última autora mostra que em 1801 em Itu havia apenas quatro partidistas de cana, e que em Campinas em 1805 somavam apenas quatorze, o que lhe permite afirmar que sempre havia mais senhores de engenho do que lavradores<sup>5</sup>. Segundo Petrone, os produtores que cultivavam cana, mas precisavam recorrer a engenhos de terceiros para moê-la, eram bastante raros em São Paulo, independentemente de plantarem em terras alheias ou próprias<sup>6</sup>.

O objetivo deste trabalho é o de estudar um caso no qual uma significativa presença de lavradores caracterizou a organização da produção açucareira numa região do atual estado de São Paulo, especificamente a Vila de São Sebastião (da qual separar-se-ia Vila Bela da Princesa, atual Ilhabela, em 1806)<sup>7</sup>. Cabe enfatizar que este município encontra-se localizado na região tradicionalmente conhecida como Litoral Norte paulista, uma daquelas áreas em que se concentrou o cultivo de açúcar na Capitania de São Paulo no período mencionado<sup>8</sup>. Destacamos, outrossim, que a fonte dos dados aqui apresentados está constituída pelas Listas

2. EISEMBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séc. XVIII e XIX*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1989. p. 350.
3. PETRONE, Maria Thereza S. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765/1851)*. São Paulo, Difel, 1968.
4. QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Algumas notas sobre a lavoura de açúcar em São Paulo no período colonial. *Anais do Museu Paulista*, n. 21, 1967. p. 108-277.
5. *Idem, ibidem*. p. 168-9.
6. PETRONE, Maria Thereza S. *Op. cit.* p. 55-6.
7. Consideraremos como objeto de estudo deste artigo a vila de São Sebastião tal qual era no começo de nossa investigação, o que corresponde aos atuais municípios de Ilhabela e Caraguatatuba, além do próprio São Sebastião.
8. A principal região produtora da Capitania foi sem dúvida o chamado “Quadrilátero do Açúcar”, espaço delimitado pelas vilas de Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu e Jundiá. Também cultivava-se cana no Vale do Paraíba (Petrone. *Op. cit.*, p. 24). Bruno inclui também o Litoral Sul até Itanhaém nas regiões produtoras de açúcar. Ver BRUNO, Ernani Silva. *Viagem ao país dos paulistas*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1966. Petrone diz, porém, que “(...) em tempo algum no Litoral entre Santos e Guaratuba houve cultivo de cana de açúcar que tivesse real importância econômica (...)” (*Idem, ibidem*, p. 27).

Nominativas de Habitantes do Estado de São Paulo. Estas listas foram efetuadas a partir de 1765, e as últimas foram em geral levantadas pouco depois de 1830, sendo que tanto a periodicidade quanto o conteúdo das mesmas mudou ao longo desse período, além de apresentarem previsíveis variações de qualidade no tempo e no espaço<sup>9</sup>. Estes censos começaram a incluir dados a respeito das atividades econômicas a partir de 1798, enquanto que os dos anos anteriores traziam apenas a relação dos moradores, tanto livres quanto escravos agrupados a nível de fogo (termo utilizado à época para se referir aos domicílios), além de alguns dos seus dados demográficos. Por este motivo, nossas observações quanto ao impacto da lavoura canavieira nos primórdios do período de sua expansão (até o referido ano de 1798) basear-se-ão em observações indiretas e/ou fontes secundárias.

### Breve histórico da produção açucareira em São Sebastião

O alvorecer do século XVII constituiu-se no marco inicial da ocupação da região em apreço, havendo indícios da existência de alguma lavoura canavieira quase que a partir do estabelecimento dos primeiros colonizadores. Havia no Litoral Norte, aparentemente, no começo da década de 1780, uma produção tradicional de aguardente<sup>10</sup>. A fabricação de açúcar, por sua vez, deve ter começado em algum momento da década 1780-90<sup>11</sup>, sendo que, como as Listas Nominativas desse período não contêm dados de produção, elas não podem ser utilizadas para esclarecer este ponto. Resulta evidente, contudo, que a vila de São Sebastião atravessou uma fase de prosperidade na década de 1780: o total de escravos existentes, proxy adequada da riqueza, passou de 727 em 1778 para 1340 em 1788 (a uma taxa média de crescimento de 6,3% ao ano)<sup>12</sup>. Desse modo, os cativos que representavam 24,5% de sua população em 1782, constituíam 35,5% em 1790<sup>13</sup>.

9. Quanto à questão da qualidade dos dados das Listas Nominativas, enfatizando especialmente sua consistência intertemporal, consulte-se FERNÁNDEZ, Ramón V. García. A consistência das Listas Nominativas de Habitantes da Capitania de São Paulo: um estudo de caso. *Estudos Econômicos*, n. 19, v. 3, p. 477-96, 1989.
10. ABREU, Manoel Cardoso de. Divertimento admirável (para os historiadores observarem as máquinas do mundo reconhecidas nos sertões da navegação das minas de Cuiabá e Mato Grosso). In: CLETO, Marcelino P. et al. *Roteiros e notícias de São Paulo Colonial (1751-1804)*, introd. e notas de Ernani Silva Bruno. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 1977. p. 85. (Paulística, 1).
11. PETRONE, Maria Thereza S. *Op. cit.* p. 27.
12. Considerando-se apenas o período 1782-88, a taxa média de crescimento aumentaria para 7,8% ao ano.
13. Estes dados numéricos, e quaisquer outros apresentados neste artigo sem a inclusão de tabelas detalhadas, baseiam-se nas Listas Nominativas e foram agrupados e analisados em nossa tese de doutoramento. Ver FERNÁNDEZ, Ramón V. García. *Transformações econômicas no Litoral Norte paulista (1778-1836)*. São Paulo, 1992. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo.

Esse período de crescimento ver-se-ia obstaculizado pelas medidas adotadas em 1789 pelo governador Lorena, proibindo que as exportações da Capitania fossem feitas a partir de qualquer porto que não fosse Santos, forçando os agricultores do Litoral Norte a venderem sua produção nesta vila. Estas restrições vigoraram até 1798, quando foram levantadas pelo governador posterior, Melo Castro e Mendonça. Aceita-se na literatura que as conseqüências desta política teriam frustrado de forma quase definitiva a incipiente atividade açucareira na região<sup>14</sup>. Todavia, alguns parâmetros levam-nos a supor que o impacto de tais medidas, no que diz respeito a São Sebastião, tem sido exagerado: verifica-se que entre 1790 e 1796 (dentro do período de vigência das restrições) o total de escravos nesta vila aumentou 41,7%, o que representa uma taxa média anual de crescimento de 6,0%. Por sua vez, o número de engenhos na localidade, segundo o governador Melo Castro e Mendonça, teria caído de 25 em 1788 para 6 em 1797, mas um documento compulsado por Petrone indica que neste último ano eles alcançavam a marca de 29 unidades (1968, p. 36)<sup>15</sup>.

A volta da liberdade de comércio deu um considerável impulso à lavoura canavieira sebastianense. O volume produzido de açúcar atingiu o seu pico dentro do período pesquisado (1798/1836, do qual existem dados de produção) em 1798/9, conforme se observa nos gráficos 1 e 2<sup>16</sup>. O começo do século XIX estaria marcado por uma queda dos preços do açúcar<sup>17</sup>; as exportações de São

14. A respeito do Litoral Norte como um todo, consulte-se ALMEIDA, Antonio Paulino de. *Memória histórica sobre São Sebastião*. São Paulo, FFLCH/USP, 1959. p. 106. (Col. Revista de História, 19) e PETRONE, Maria Thereza S. Op. cit. p. 28-32). Focalizando especificamente o impacto destas medidas no vizinho município de Ubatuba, veja-se CERQUEIRA, Beatriz Westin de. Um estudo da escravidão em Ubatuba (I). *Estudos Históricos (Marília)*, n. 5, p. 16-9, 1966; HOLME, Oscar. *Ubatuba: de uma agricultura de subsistência para uma agricultura comercial*. São Paulo, 1971. p. 9-11. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, e OLIVEIRA, Washington de. *Ubatuba – Documentário*. São Paulo, Editora do Escritor, 1977. p. 48.
15. Também em Ubatuba o número de cativos cresceu entre 1790 e 1797, mantendo-se constante a participação destes na população. Isto mostra, mais do que um quadro de decadência, uma situação de estagnação ou de crescimento moderado.
16. As lacunas existentes nos censos compulsados – em certos anos faltam informações sobre a produção em algumas das companhias em que se dividiam administrativamente as vilas – levaram-nos a tentar estimar os dados dos anos onde ditos problemas foram registrados. Para o caso de São Sebastião (gráfico 1), foi possível estabelecer uma estimativa única, enquanto que para Vila Bela (gráfico 2) a existência de informações às vezes contraditórias sugere que sejam propostas uma correção otimista e outra pessimista, além de uma terceira – compreendida entre estas – adotada segundo nossos critérios subjetivos (para maiores detalhes, consulte-se FERNÁNDEZ, Ramón V. García. *Transformações econômicas no Litoral Norte paulista (1778-1836)*. Ed. cit. p. 169-75.
17. JOHNSON JR., Harold B. A preliminary inquiry into money, prices and wages in Rio de Janeiro, 1763-1823. In: ALDEN, Dauril, ed. *Colonial roots of modern Brazil*. Berkeley, University of California Press, 1973. p. 231-67.

Sebastião apresentariam, contudo, uma redução no volume proporcionalmente maior do que a dos preços enquanto que em outras regiões açucareiras, tais como Itu, esse decréscimo seria muito suave<sup>18</sup>, fato cujas causas não conseguimos ainda explicar. Pouco depois, uma nova política de restrição às exportações adotada pelo governador França e Horta em 1803 reduziria ainda mais a produção açucareira da localidade focalizada<sup>19</sup>. Finalmente, a Abertura dos Portos acabaria com as restrições arbitrárias ao desenvolvimento da agricultura litorânea, mas a lavoura canvieira nunca voltaria a se apresentar, nesta região, com importância comparável à que já tivera. Sem retornar aos níveis do seu período de auge, a produção de açúcar continuaria existindo em São Sebastião e Vila Bela; naquela localidade, a produção do período 1815-25 seria, em linhas gerais, o dobro da do decênio anterior. No município insular, onde a queda no começo do século não fora tão abrupta, um período de declínio entre 1808-13 seria sucedido por uma fase de recuperação entre 1815 e 1825. Finalmente, a difusão da lavoura cafeeira em ambos os municípios trouxe como conseqüência a substituição e, posteriormente, o virtual desaparecimento dos canaviais no Litoral Norte, de modo que em 1836, último ano em que as Listas Nominativas foram confeccionadas, não se registrou qualquer produção de açúcar em São Sebastião, enquanto que em Vila Bela encontramos o menor volume do período pesquisado.

Lembramos, outrossim, que além de ser transformada em açúcar, parte da cana era destinada à produção de aguardente, bem cuja produção foi bastante importante na região focalizada, especialmente entre 1810 e 1825, anos nos quais os volumes fabricados foram mais significativos do que os registrados nos últimos anos do século XVIII e primeiros do XIX (a fase do auge açucareiro local).

## Os lavradores e a organização da lavoura canvieira

Apresentamos inicialmente, na tabela 1, a participação do setor agrícola no conjunto dos domicílios da "Velha São Sebastião"<sup>20</sup>. Resulta evidente o significativo predomínio destas atividades entre os proprietários de escravos, enquanto que entre os não-proprietários seu peso é menor, embora sempre se constituam no setor numericamente mais importante.

Os dados de 1798, primeiro ano sobre o qual existem informações<sup>21</sup> quanto à produção, mostram com clareza a importância do papel desempenhado pelos

18. PETRONE, Maria Thereza S. *Op. cit.* p. 44.

19. Para maiores detalhes quanto às medidas de França e Horta e quanto às anteriormente adotadas por Lorena, veja-se PETRONE, Maria Thereza S. *Op. cit.* p.27-34.

20. Entenderemos como "Velha São Sebastião" a soma dos municípios de São Sebastião e Vila Bela.

21. Levantamos, neste trabalho, diversos dados de todos os chefes de fogo da localidade nos anos de 1798, 1817 e 1836; nos anos de 1808 e 1828 estudamos apenas os domicílios escravistas.

Tabela 1: Velha São Sebastião  
Distribuição dos fogos por setor de atividades (1778-1836)  
(segundo atividade principal)

Setor	Dado	1798		1808		1817		1828		1836	
		Nº Abs.	Percent								
AGRICULTURA	Fogos sem escravos	270	59,5			256	43,2			372	48,4
	Fogos com Escravos	266	76,2	264	80,0	286	68,9	350	73,8	326	68,9
	Total	536	66,7	264	80,0	542	53,8	350	73,8	698	56,2
ARTESANATO	Fogos sem escravos	81	17,8			118	19,9			81	10,5
	Fogos com Escravos	34	9,7	27	8,2	58	14,0	32	6,8	24	5,1
	Total	115	14,3	27	8,2	176	17,5	32	6,8	105	8,5
ATIVS. DO MAR	Fogos sem escravos	48	10,6			109	18,4			70	9,1
	Fogos com Escravos	7	2,0	11	3,3	13	3,1	10	2,1	9	1,9
	Total	55	6,8	11	3,3	122	12,1	10	2,1	79	6,4
COMÉRCIO	Fogos sem escravos	9	2,0			19	3,2			51	6,6
	Fogos com Escravos	21	6,0	13	3,9	33	8,0	27	5,7	71	15,0
	Total	30	3,7	13	3,9	52	5,2	27	5,7	122	9,8
JORNAIS	Fogos sem escravos	12	2,6			26	4,4			19	2,5
	Fogos com Escravos	1	0,3	0	0,0	1	0,2	0	0,0	0	0,0
	Total	13	1,6	0	0,0	27	2,7	0	0,0	19	1,5
BUROCRACIA PÚBLICA	Fogos sem escravos	0	0,0			5	0,8			1	0,1
	Fogos com Escravos	3	0,9	1	0,3	6	1,4	7	1,5	8	1,7
	Total	3	0,4	1	0,3	11	1,1	7	1,5	9	0,7
BUROCRACIA ECLESIASTICA	Fogos sem escravos	0	0,0			0	0,0			1	0,1
	Fogos com Escravos	6	1,7	2	0,6	4	0,1	5	1,1	4	0,8
	Total	6	0,7	2	0,6	4	0,4	5	1,1	5	0,4
AGÊNCIAS	Fogos sem escravos	1	0,2			17	2,9			133	17,3
	Fogos com Escravos	0	0,0	2	0,6	4	1,0	21	4,4	20	4,2
	Total	1	0,1	2	0,6	21	2,1	21	4,4	153	12,3
POBRES	Fogos sem escravos	19	4,2			29	4,9			25	3,3
	Fogos com Escravos	2	0,6	1	0,3	1	0,2	1	0,2	2	0,4
	Total	21	2,6	1	0,3	30	3,0	1	0,2	27	2,2
ARMAÇÃO	Fogos com Escravos	1	0,3	1	0,3	1	0,2	0	0,0	0	0,0
CONVENTOS	Fogos com Escravos	1	0,3	1	0,3	1	0,2	1	0,2	1	0,2
DIVERSOS	Fogos sem escravos	14	3,1			13	2,2			16	2,1
	Fogos com Escravos	7	2,0	7	2,1	7	1,7	20	4,2	8	1,7
	Total	21	2,6	7	2,1	20	2,0	20	4,2	24	1,9
TOTAL	Fogos sem escravos	454	100,0			592	100,0			769	100,0
	Fogos com Escravos	349	100,0	330	100,0	415	100,0	474	100,0	473	100,0
	Total	803	100,0	330	100,0	1007	100,0	474	100,0	1242	100,0

Obs: as percentagens se referem à participação de cada uma das categorias; p. ex., a percentagem de fogos com escravos na agricultura se refere ao seu peso no total de fogos com escravos.

Fonte: AESP, Listas Nominativas.

lavradores<sup>22</sup> no Litoral Norte nesse ano de auge da lavoura açucareira. Estavam incluídos nesta categoria 62,8% do total de escravistas que desempenhavam

22. Consideramos como lavrador de cana todo chefe de fogo a respeito do qual se informasse nas Listas Nominativas que produziu açúcar e/ou aguardente, ou que vendeu cana, sem ser proprietário de engenhos ou engenhocas, e independentemente de plantar qualquer outro produto. Esclareça-se que os documentos utilizados não explicam como se fazia a divisão do açúcar entre o lavrador e o dono de engenho. Os dados existentes indicam unicamente que cada domicílio produziu um certo número de arrobas de açúcar, o que consideramos que pode ser interpretado como correspondendo, no caso dos lavradores, à parte que ficou com cada um deles e, no caso dos senhores de engenho, à soma da produção a partir da cana própria com a parcela retida de cada um dos restantes agricultores como pagamento pelo uso do engenho. Isto seria válido quaisquer que fossem os critérios usados na partilha do açúcar produzido.

Tabela 2  
 Velha São Sebastião – Agricultura  
 Distribuição de escravos por sub-setor de atividade  
 (só atividade principal)  
 Números absolutos

Atividades	1798 Esc.	1808 Esc.	1817 Esc.	1828 Esc.	1836 Esc.	1798 Prop.	1808 Prop.	1817 Prop.	1828 Prop.	1836 Prop.	1798 Não P.	1817 Não P.	1836 Não P.
Engenho Açúcar	812	523	797	290	62	29	20	13	11	4	0	0	0
Engenho Aguardente	85	111	210	89	84	9	13	24	9	2	0	0	0
Eng. não especificado	0	0	88	16	0	0	0	6	1	0	0	0	0
Agricultor: cana	681	468	163	79	3	171	65	29	11	1	128	1	1
Agricultor: café	6	48	19	448	1616	1	10	6	96	254	0	4	297
Agricultor: cana e café	22	17	0	121	16	3	2	0	13	2	2	0	0
Agricultor: outras	261	794	405	236	38	45	144	60	35	12	115	70	20
Agric: não especificado	0	15	520	793	102	0	5	132	161	30	0	169	53
Trabalha no Mato	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13	3	1
Eng. açúcar + café	88	24	0	272	487	2	1	0	7	10	0	0	0
Eng. aguardente + café	0	0	0	55	105	0	0	0	4	11	0	0	0
Outros	37	7	21	3	0	6	4	6	2	0	12	9	0
Total	1992	2007	2223	2402	2513	266	264	286	350	326	270	256	372

### Percentagens

Engenho Açúcar	40.76	26.06	35.85	12.07	2.47	10.90	7.58	8.04	3.14	1.23	0.00	0.00	0.00
Engenho Aguardente	4.27	5.53	9.45	3.71	3.34	3.38	4.92	8.39	2.57	0.61	0.00	0.00	0.00
Eng. não especificado	0.00	0.00	3.96	0.67	0.00	0.00	0.00	2.10	0.29	0.00	0.00	0.00	0.00
Agricultor: cana	34.19	23.32	7.33	3.29	0.12	64.29	24.62	10.14	3.14	0.31	47.41	0.39	0.27
Agricultor: café	0.30	2.39	0.85	18.65	64.31	0.38	3.79	2.10	27.43	77.91	0.00	1.56	79.84
Agricultor: cana e café	1.10	0.85	0.00	5.04	0.64	1.13	0.76	0.00	3.71	0.61	0.74	0.00	0.00
Agricultor: outras	13.10	39.56	18.22	9.83	1.51	16.92	54.55	20.98	10.00	3.68	42.59	27.34	5.38
Agric: não especificado	0.00	0.75	23.39	33.01	4.06	0.00	1.89	46.15	46.00	9.20	0.00	66.02	14.25
Trabalha no Mato	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	4.81	1.17	0.27
Eng. açúcar + café	4.42	1.20	0.00	11.32	19.38	0.75	0.38	0.00	2.00	3.07	0.00	0.00	0.00
Eng. aguardente + café	0.00	0.00	0.00	2.29	4.18	0.00	0.00	0.00	1.14	3.37	0.00	0.00	0.00
Outros	1.86	0.35	0.94	0.12	0.00	2.26	1.52	2.10	0.57	0.00	4.44	3.52	0.00
Total	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

### Média de escravos por tipo de atividade

	1798 Props.	1808 Props.	1817 Props.	1828 Props.	1836 Props.	1798 Todos	1817 Todos	1836 Todos
Engenho Açúcar	28.00	26.15	34.65	26.36	15.50	28.00	34.65	15.50
Engenho Aguardente	9.44	8.54	8.75	9.89	42.00	9.44	8.75	42.00
Eng. não especificado	-	-	14.47	16.00	-	-	14.67	-
Agricultor: cana	3.98	7.20	5.62	7.18	3.00	2.28	5.43	1.50
Agricultor: café	6.00	4.80	3.17	4.67	6.36	6.00	1.90	2.93
Agricultor: cana e café	7.33	8.50	-	9.31	8.00	4.40	-	8.00
Agricultor: outras	5.80	5.51	6.75	6.74	3.17	1.63	3.12	1.19
Agric: não especificado	-	3.00	3.94	4.93	3.40	-	1.73	1.23
Trabalha no Mato	-	-	-	-	-	0.00	0.00	0.00
Eng. açúcar + café	44.00	24.00	-	38.86	48.70	44.00	-	48.70
Eng. aguardente + café	-	-	-	13.75	9.55	-	-	9.55
Outros	6.17	1.75	3.50	1.50	-	2.06	1.40	-
Total	7.49	7.60	7.77	6.86	7.71	3.72	4.10	3.60

Fonte: AESP, Listas Nominativas.

Tabela 3

Velha São Sebastião – Agricultura

Distribuição de escravos por sub-setor de atividade

(inclui atividades secundárias)

Números absolutos

Atividades	1798 Esc.	1808 Esc.	1817 Esc.	1828 Esc.	1836 Esc.	1798 Prop.	1808 Prop.	1817 Prop.	1828 Prop.	1836 Prop.	1798 Não P.	1817 Não P.	1836 Não P.
Engenho Açúcar	825	537	797	290	62	30	21	23	11	4	0	0	0
Engenho Aguardente	85	111	210	89	84	9	12	24	9	2	0	0	0
Eng. não especificado	0	0	88	16	0	0	0	6	1	0	0	0	0
Agricultor: cana	765	479	174	79	3	195	68	31	11	1	145	1	1
Agricultor: café	6	48	19	462	1687	1	10	6	102	263	0	4	322
Agricultor: cana e café	46	17	0	121	16	4	2	0	13	2	2	0	0
Agricultor: outras	346	801	441	256	38	68	148	69	43	12	187	83	23
Agric: não especificado	0	18	558	806	102	0	7	135	164	30	0	170	56
Trabalha no Mato	3	0	0	3	0	2	0	0	1	0	22	3	1
Eng. açúcar + café	88	24	0	272	487	2	1	0	7	10	0	0	0
Eng. aguardente + café	0	0	0	55	105	0	0	0	4	11	0	0	0
Outros	37	7	21	3	0	6	4	6	2	0	12	10	0
Total	2201	2402	2308	2452	2584	317	274	300	368	335	368	271	403

## Percentagens

Engenho Açúcar	37.5	26.3	34.5	11.8	2.4	9.5	7.7	7.7	3.0	1.2	0.0	0.0	0.0
Engenho Aguardente	3.9	5.4	9.1	3.6	3.3	2.8	4.7	8.0	2.4	0.6	0.0	0.0	0.0
Eng. não especificado	0.0	0.0	3.8	0.7	0.0	0.0	0.0	2.0	0.3	0.0	0.0	0.0	0.0
Agricultor: cana	34.8	23.5	7.5	3.2	0.1	61.5	24.8	10.3	3.0	0.3	39.4	0.4	0.2
Agricultor: café	0.3	2.4	0.8	18.8	65.3	0.3	3.6	2.0	27.7	78.5	0.0	1.5	79.9
Agricultor: cana e café	2.1	0.8	0.0	4.9	0.6	1.3	0.7	0.0	3.5	0.6	0.5	0.0	0.0
Agricultor: outras	15.7	39.2	19.1	10.4	1.5	21.5	54.0	23.0	11.7	3.6	50.8	30.6	5.7
Agric: não especificado	0.0	0.9	24.2	32.9	3.9	0.0	2.6	45.0	44.6	9.0	0.0	62.7	13.9
Trabalha no Mato	0.1	0.0	0.0	0.1	0.0	0.6	0.0	0.0	0.3	0.0	6.0	1.1	0.2
Eng. açúcar + café	4.0	1.2	0.0	11.1	18.8	0.6	0.4	0.0	1.9	3.0	0.0	0.0	0.0
Eng. aguardente + café	0.0	0.0	0.0	2.2	4.1	0.0	0.0	0.0	1.1	3.3	0.0	0.0	0.0
Outros	1.7	0.0	0.9	0.1	0.0	1.9	1.5	2.0	0.5	0.0	3.3	3.7	0.0
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

## Média de escravos por tipo de atividade

	1798 Props.	1808 Props.	1817 Props.	1828 Props.	1836 Props.	1798 Todos	1817 Todos	1836 Todos
Engenho Açúcar	27.50	25.57	34.65	26.36	15.50	27.50	34.65	15.50
Engenho Aguardente	9.44	8.54	8.75	9.89	42.00	9.44	8.75	42.00
Eng. não especificado	-	-	14.67	16.00	-	-	14.67	-
Agricultor: cana	3.92	7.04	5.61	7.18	3.00	2.25	5.44	1.50
Agricultor: café	6.00	4.80	3.17	4.53	6.41	6.00	1.90	2.88
Agricultor: cana e café	11.50	8.50	-	9.31	8.00	7.67	-	8.00
Agricultor: outras	5.09	5.41	6.39	5.95	3.17	1.36	2.90	1.09
Agric: não especificado	-	2.57	4.13	4.91	3.40	-	1.83	1.19
Trabalha no Mato	1.50	-	-	3.00	-	0.13	0.00	0.00
Eng. açúcar + café	44.00	24.00	-	38.86	48.70	44.00	-	48.70
Eng. aguardente + café	-	-	-	13.75	9.55	-	-	9.55
Outros	6.17	1.75	3.50	1.50	-	2.06	1.31	-
Total	6.94	7.45	7.69	6.66	7.71	3.21	4.04	3.50

Fonte: AESP, Listas Nominativas.

Tabela 4

São Sebastião – 1798

Posse de escravos no setor agrícola, segundo o sub-tipo de atividade  
(segundo a primeira atividade unicamente – só proprietários)

Sub-tipo de Atividade	Média de Escravos	Participação dos Escravos entre 15 e 49 Anos (%)	Total de Proprietários na Atividade
Engenho Açúcar	29.03	68.56	31
Engenho Aguardente	9.44	63.53	9
Planta Cana	4.04	60.17	174
Planta Outras Lavouras	5.80	55.94	45
Planta Café	19.33	68.97	6
Principia	6.17	64.86	6
Total	7.49	63.65	266

Fonte: AESP, Listas Nominativas.

Tabela 5

Velha São Sebastião

Relação entre a quantidade de agricultores que produziam açúcar sem possuírem engenhos, e o número de engenhos de açúcar

Ano	São Sebastião			Vila Bela			Total		
	Prods.	Engos.	Média	Prods.	Engos.	Média	Prods.	Engos.	Média
1798	162	14	11.6	118	15	7.9	280	29	9.7
1801	112	10	11.2	90	14	6.4	202	24	8.4
1803	49	10	4.9	45	13	3.5	94	23	4.1
1805	55	10	5.5	39	13	3.0	94	23	4.1
1808	32	7	4.6	26	6	4.3	58	13	4.5
1810	19	6	3.2	7	6	1.2	26	12	2.2
1813	17	8	2.1	8	3	2.7	25	11	2.3
1815	56	10	5.6	17	8	2.1	73	18	4.1
1817	6	13	0.5	15	5	3.0	21	18	1.2
1820	-	-	-	20	5	4.0	-	-	-
1821	71	12	5.9	-	-	-	-	-	-
1823	-	-	-	20	5	4.0	-	-	-
1824	24	10	2.4	-	-	-	-	-	-
1825	-	-	-	18	14	1.3	-	-	-
1826	9	6	1.5	-	-	-	-	-	-
1828	5	6	0.8	11	8	1.4	16	14	1.1
1830	0	3	0.0	-	-	-	-	-	-
1836	0	5	0.0	2	3	0.7	2	8	0.3

Fonte: AESP, Listas Nominativas.

alguma atividade na agricultura, assim como 39,9% dos não-escravistas, o que representa 50,5% do total de chefes de fogo na agricultura (tabela 3)<sup>23</sup>. Quando restringimos a análise àqueles domicílios que se dedicavam à agricultura como ocupação principal, essas percentagens crescem até 65,4%, 48,1% e 56,7%, respectivamente (tabela 2). Isto evidencia que era relativamente menos freqüente

23. Ao considerar todos os fogos na vila, temos que os lavradores representavam 57,0% dos senhores de escravos, 32,4% dos não-proprietários, e 43,1% do total.

Tabela 6

## Velha São Sebastião

Participação de diversos segmentos relacionados com a lavoura canieira no total de domicílios existentes

Ano	Vila	Produtores de Açúcar sem Engenhos	Proprietários de Engenhos ou Engenhocas	Fogos onde se Produzia Cana	Total de Fogos na Vila
		(%)	(%)	(%)	(N <sup>o</sup> s absolutos)
1798	São Sebastião	33.33	3.91	41.98	486
1798	Vila Bela	37.22	6.94	57.73	317
1798	Total	34.87	5.11	48.19	803
1801	São Sebastião	22.63	2.83	27.07	495
1801	Vila Bela	26.47	6.47	38.82	340
1801	Total	24.19	4.31	31.86	835
1803	São Sebastião	9.68	2.57	13.83	506
1803	Vila Bela	12.93	6.61	23.56	348
1803	Total	11.01	4.22	17.80	854
1805	São Sebastião	10.56	2.69	13.44	521
1805	Vila Bela	11.30	6.67	22.61	345
1805	Total	10.85	4.27	17.09	866
1808	São Sebastião	6.82	2.13	11.09	469
1808	Vila Bela	7.18	4.97	16.57	362
1808	Total	6.98	3.37	13.48	831
1810	São Sebastião	3.91	1.65	8.02	486
1810	Vila Bela	1.91	7.08	14.44	367
1810	Total	3.05	3.99	10.79	853
1813	São Sebastião	3.33	2.94	8.82	510
1813	Vila Bela	1.99	5.21	14.89	403
1813	Total	2.74	3.94	11.50	913
1815	São Sebastião	9.71	2.95	15.94	577
1815	Vila Bela	4.21	5.94	21.29	404
1815	Total	7.44	4.18	18.14	981
1817	São Sebastião	1.04	2.96	3.83	575
1817	Vila Bela	3.51	4.22	14.29	427
1817	Total	2.10	3.49	8.28	1002
1820	São Sebastião	4.44	7.78	20.00	450
1820	Vila Bela	12.22	2.93	18.93	581
1823	São Sebastião	4.13	2.69	11.36	484
1824	Vila Bela	4.03	2.35	7.21	596
1825	São Sebastião	3.47	5.97	11.18	519
1826	Vila Bela	1.42	1.26	3.94	634
1828	São Sebastião	0.76	1.38	2.45	654
1828	Vila Bela	2.05	2.80	7.84	536
1828	Total	1.34	2.02	4.87	1190
1830	São Sebastião	0.00	0.71	0.85	706
1836	São Sebastião	0.00	1.28	1.28	623
1836	Vila Bela	0.33	2.17	3.17	600
1836	Total	0.16	1.72	2.21	1223

Fonte: AESP, Listas Nominativas.

que aqueles que se voltavam à agricultura em forma complementar cultivassem cana, quando comparados com aqueles que se encontravam fundamentalmente ocupados neste setor.

Verificamos, ademais, que nesse ano de 1798 os lavradores caracterizavam-se por possuírem conjuntos de escravos bastante modestos, sendo a média de escravos por proprietário de 4,08 cativos, a menor entre as subcategorias nas quais dividimos a agricultura. Ao considerarmos todos os chefes de fogo no setor esta

Tabela 7

Estrutura de posse de escravos na velha São Sebastião:  
principais indicadores estatísticos

Ano	Total de Props.	Total de Chefes de Fogo	Total de Escravos	Média nos Fogos com Escravos	Desvio Padrão	Média Geral	Desvio Padrão	Mediana da Posse	Moda	Posse Médiana	Índice de Gini	Índice de Gini Ampliado	% Fogos com Escravos	Tamanho do Maior Conjunto de Escravos
1778	167	505	727	4.35	4.39	1.44	3.25	3	1	7	0.4737	0.8260	33.07%	25
1788	217	584	1340	6.18	11.66	2.29	7.71	3	1	13	0.6023	0.8522	37.16%	97
1793	229	625	1515	6.62	12.12	2.42	8.01	3	1	13	0.6101	0.8571	36.64%	110
1798	350	805	2385	6.81	12.60	2.96	8.97	3	1	15	0.6154	0.8328	43.48%	13
1808	330	831	2235	6.77	11.42	2.69	7.93	3	1	14	0.6016	0.8418	39.71%	91
1817	415	1007	2657	6.40	11.73	2.64	8.16	3	1	13	0.5988	0.8347	41.21%	143
1828	474	1190	2784	5.57	9.25	2.34	6.51	3	1	10	0.5546	0.8226	39.83%	101
1836	473	1242	3045	6.44	11.76	2.45	7.90	3	1	12	0.5956	0.8460	38.08%	140

média cai para 2,34, valor que supera, contudo, o dos que plantavam “outras lavouras”, o que parece razoável dado que neste último grupo deviam se incluir a grande maioria dos agricultores que plantavam para consumo próprio. Por outro lado, observa-se na tabela 4 que, nesse mesmo ano, o peso dos escravos na faixa de idade que pode ser considerada mais produtiva, aqueles compreendidos entre 15 e 49 anos, era menor entre os lavradores do que em qualquer outro sub-setor da agricultura, excetuando-se aqueles que não plantavam cana nem café (e considerando-se exclusivamente a atividade principal).

A tabela 5<sup>24</sup> mostra a vasta rede de lavradores que se teceu em torno dos engenhos sebastianenses<sup>25</sup>. Comparando com a situação do Recôncavo Baiano mais ou menos no mesmo período, lembramos que Schwartz<sup>26</sup> mostra que havia em média três ou quatro lavradores em torno de cada engenho, sendo eles arrendatários, meeiros ou pequenos proprietários<sup>27</sup>. Por outro lado, este historiador indica que parte dos escravos utilizados nos engenhos era de propriedade de

24. Obtivemos os dados desta tabela, assim como os dos gráficos 1 e 2, através de uma pesquisa adicional, efetuada no intuito de acompanhar a evolução da lavoura canavieira com maior grau de detalhes do que o permitido pelo levantamento decenal explicado à nota de rodapé nº 20.
25. Consideramos nesta tabela apenas os lavradores dos quais informou-se produzirem açúcar, não constando nela os que venderam a cana não-processada nem os que informaram terem destinado sua colheita exclusivamente ao fabrico de aguardente.
26. SCHWARTZ, Stuart B. Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. *Estudos Econômicos*, n.13, v. 1, p. 259-87, 1983.
27. Um caso extremado teria sido o do Engenho de Sergipe do Conde, que nos primeiros anos do século XVII tinha até trinta lavradores mas não cultivava cana própria. Tal política foi posteriormente apontada como causa de sua ausência de lucratividade e como exemplo de má administração de sua escravaria, pois esta ficaria ociosa nos meses fora da safra. Ver SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos...* Ed. cit. p. 104.

outros empregados e dependentes. Na análise dos engenhos de Rio Fundo, na referida região, no ano de 1788, ele encontrou uma média de 4,1 lavradores por engenho, os quais possuíam em média 10,1 escravos cada um. Quando se considera, porém, todos os proprietários vinculados ao engenho isso resulta numa elevação da média de chefes de fogo, que seriam então 7,5 por engenho, com 7,0 cativos em média<sup>28</sup>.

As informações de São Sebastião não permitem separar os lavradores de cana destes “dependentes do engenho”, caso estes existissem, dado que a análise se efetua em nível de domicílio<sup>29</sup>, razão pela qual não podemos esclarecer quais seriam exatamente as relações entre os diversos chefes de fogo. Esquecendo essa dificuldade, teríamos em 1798 uma média de 9,7 lavradores *lato sensu* por cada engenho de açúcar (tabela 5).

Embora o ano de 1798 responda pela maior proporção de lavradores encontrada em nossos levantamentos (vide tabela 6), eles ainda representariam, nos anos posteriores, uma parcela ponderável dos agricultores da Velha São Sebastião. A mesma tabela mostra, por exemplo, que ainda em 1821 os domicílios que produziam açúcar sem terem engenhos correspondiam a 12,2% dos existentes em São Sebastião, considerado isoladamente<sup>30</sup> (cifra que sobe para 16,0% quando são focalizados todos os plantadores de cana). A tabela 5 mostra a existência de um máximo na quantidade de lavradores por engenho de açúcar em 1798, um declínio subsequente com uma ligeira retomada entre 1815 e 1823, *grosso modo*, concluindo com uma fase de queda até 1836, processo que acompanha praticamente *pari passu* a curva de produção de açúcar, conforme vimos também na seção anterior<sup>31</sup>. Não podemos, logo, falar de uma relação estável ligando, em média, cada engenho com o número de lavradores a ele vinculados, pois as oscilações no mercado açucareiro fizeram com que esta cifra variasse muito.

28. *Idem, ibidem.* p. 255-6.

29. Omite-se aqui as escassas informações sobre a presença dos feitores, ou de algum outro agregado, em cada engenho. Via-de-regra, estes não possuíam escravos.

30. Os valores desta tabela representam o limite inferior do peso dos lavradores nas vilas focalizadas, pois parte dos que constam nas listas como agricultores sem terem seus plantios especificados podia se dedicar a esta atividade. Lembre-se que as tabelas 2 e 3 mostram que, especialmente nos censos de 1817 e 1828, o peso deste grupo deve distorcer de forma significativa (e incontornável) os resultados.

31. A queda do número de engenhos de Vila Bela entre 1805 e 1808 pode ter se originado em eventuais diferenças de critérios dos recenseadores ao ganhar a vila sua autonomia administrativa. Em 1805, quando ainda Vila Bela era a segunda companhia da vila de São Sebastião, informava-se a existência de 13 engenhos de açúcar e de 6 de aguardente, mas em 1808 – após a separação – esses valores passam a ser de 5 e 9, respectivamente. Em 1810 constam 6 engenhos de açúcar e 19 de aguardente, dados consistentes com as informações posteriores, e que talvez expliquem o aumento na produção do destilado na década de 1810 nesta localidade.

Podemos mencionar, outrossim, que a tendência declinante no número de lavradores por engenho, maior ainda do que a verificada nos volumes produzidos ao longo dos anos estudados, sugere que em períodos de relativa redução da produção, o ajuste do volume obtido passaria por um plantio menor de cana nos domicílios sem engenhos. Aponta também nesse sentido o fato das médias de escravos dos proprietários de engenhos ou engenhocas não terem sofrido quaisquer reduções claras nos anos de queda da produção açucareira (tabela 3)<sup>32</sup>.

## Os motivos da presença de lavradores: algumas especulações

Parece evidente que a média de quase dez lavradores por engenho no período do auge açucareiro em São Sebastião representa uma cifra significativamente superior às constatadas por Schwartz na Bahia, conforme acima exposto, embora este autor mencione também a existência de situações com dezessete e até trinta lavradores por engenho<sup>33</sup>. Tais valores, contudo, deveriam ser interpretados à luz do total de mão-de-obra que esse conjunto permitiria alcançar, e também ser vinculados aos volumes produzidos.

A melhor utilização da capacidade instalada de um engenho qualquer pode exigir uma quantidade de cativos superior àquela que o seu dono possa adquirir. Nesse caso, a decisão mais adequada seria a de reduzir ao mínimo a ociosidade dos equipamentos, conseguindo cana fornecida por terceiros sem recursos para construir engenho próprio. Dado um certo tamanho de engenho, quanto menor o número de escravos de seu proprietário, maior será sua necessidade de mão-de-obra de terceiros. Por outro lado, quanto menos recursos tiverem estes, maior precisará ser o seu número para atingir a quantidade de trabalho que garanta a melhor utilização do equipamento<sup>34</sup>. Não é necessário, além disto, que as pessoas empregadas nessa atividade sejam exclusivamente escravos; em regiões com abundância de homens livres relativamente pobres estes, junto com suas famílias, podem responder por boa parte do trabalho exigido<sup>35</sup>.

32. Em realidade, quando se consolidam os dados, apresentados separadamente na dita tabela, dos senhores de engenho que plantavam café com os que não o faziam, a média de escravos apresenta uma tendência crescente, embora em ziguezague.

33. SCHWARTZ, Stuart B. *Op. cit.* p. 255.

34. Este raciocínio é válido para situações em que o proprietário do engenho interprete a existência de uma demanda infinitamente elástica para seus produtos, o que pareceria aplicar-se no mínimo a situações de grande expansão do mercado, como as de 1798/9.

35. Logicamente, na medida em que o tamanho dos engenhos variar, o total de mão-de-obra requerido alterar-se-á em consonância. Todavia, não parece terem existido modificações significativas neste aspecto no Litoral Norte ao longo do período estudado. Ver FERNÁNDEZ, Ramón V. García. A consistência das Listas Nominativas de Habitantes da Capitania de São Paulo: um estudo de caso. *In: Op. cit.* p. 203-6. Maria Thereza S. Petrone (*Op. cit.* p. 106-9) aponta que no mesmo período

À luz dos comentários acima formulados, tentaremos sugerir uma explicação dos motivos que levaram à configuração dessa estrutura da lavoura canavieira tão diferente da encontrada no Planalto. Consideramos indispensável, para tanto, focalizarmos as características da sociedade sebastianense antes do boom do açúcar. Um aspecto que consideramos assaz importante é o da distribuição de riqueza nesta sociedade. Os dados da tabela 7 permitem apreciar que em 1778, quando a economia da região ainda se encontrava voltada para atividades principalmente de subsistência, o grau de concentração da riqueza, medido pelo índice de Gini entre os escravistas, era relativamente baixo, enquanto que 33,1% dos fogos possuíam cativos. Isto nos permite afirmar que a propriedade de escravos encontrava-se bastante difundida nesta localidade, o que se confirma pelo valor do Gini ampliado<sup>36</sup>, excepcionalmente baixo<sup>37</sup>. Chamamos também a atenção para a inexistência de

teria havido na Capitania um aumento na produção média dos engenhos, basicamente explicado porque a partir da segunda década do século XIX introduzem-se, na Capitania de São Paulo, os engenhos denominados horizontais ou deitados, mais produtivos do que os verticais até então empregados (*Idem, ibidem*. p. 97) Também começou a ser utilizado nesses anos o tipo de cana conhecido como caiana, em lugar da tradicional, dita crioula, com a vantagem de que o bagaço desta nova variedade poderia ser utilizado como combustível, reduzindo assim os custos de produção dos engenhos. Ver CASTRO, Antonio Barros de. *Escravos e senhores nos engenhos do Brasil: um estudo sobre os trabalhos do açúcar e a política econômica dos senhores*. Campinas, 1976, p. 126-8. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas. É razoável imaginar que novas tecnologias de fabricação de açúcar encontraríamos no planalto, na primeira metade do século XIX, um meio propício para sua difusão. Enquanto isso, no Litoral Norte esta atividade se encontrava em linhas gerais estagnada, conforme demonstramos anteriormente. Não há, por sua vez, referências explícitas nas Listas Nominativas consultadas à introdução de engenhos horizontais na região em exame.

36. Definimos como índice de Gini ampliado aquele calculado quando são também considerados os não-proprietários de escravos.
37. Os termos de comparação que sustentam as afirmações deste parágrafo são as informações fornecidas por diferentes estudos sobre a estrutura de posse de escravos em diversas localidades da Capitania em período semelhante, quais sejam: dados de Bananal que constam em MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829)*. São Paulo, 1990, p. 122, 137, 178 e 192. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. E também, do mesmo autor, *O trabalho livre e a gênese da cafeicultura paulista. Anais do II Encontro Nacional de Estudos do Trabalho*. São Paulo, FEA/USP, 1991, p. 364. De Taubaté baseados em RANGEL, Armênio de Souza. *Escravidão e riqueza: formação da economia cafeeira no município de Taubaté – 1765/1835*. São Paulo, 1990, p. 204-6. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo; de Jacaréi, encontrados por LUNA, Francisco Vidal. *Estrutura de posse de escravos e atividades produtivas em Jacaréi (1777 a 1829)*. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 28, p. 23-35, 1988; de Sorocaba, também do mesmo autor: *Posse de escravos em Sorocaba (1778/1836)*. 1º Seminário – Centenário da abolição do escravismo: da época colonial à situação do negro na atualidade. São Paulo, IPE/USP, 1986. p. 2, 3, 8 e 10. (mimeo.); de sete localidades do atual Estado de Paraná, à época pertencente à Capitania de São Paulo – Antonina, Guaratuba, Paranaguá, Castro, Curitiba, Lapa e São José dos Pinhais – levantados por GUTIÉRREZ, Horacio. *Grandes e pequenos senhores de escravos no Paraná (1800-1830)*. Documento para discussão, *Seminário Permanente de Estudo*

grandes plantéis de cativos, dado que o maior destes se compunha de 25 elementos, número que viria a ser a escravaria média dos engenhos, grosso modo.

Entendemos possível interpretar que a súbita expansão da demanda de açúcar no mercado internacional no início da década de 1780 – em parte reflexo da queda da oferta provocada pela desorganização do açúcar jamaicano no marco da guerra da independência dos Estados Unidos, situação posteriormente magnificada pela Revolução Haitiana – tenha exigido uma rápida resposta das outras regiões produtoras (potencial ou efetivamente). Nessa situação, os recursos dos agricultores mais ricos devem ter sido canalizados em forma preferencial para a construção de engenhos e para a compra do número de escravos que pudesse operá-los, ficando as tarefas especificamente agrícolas em segundo plano. Dada a apontada concentração de riqueza relativamente baixa, outros indivíduos encontravam-se em condições de comprar escravos que fossem capazes de trabalhar diretamente na lavoura. Inclusive chefes de fogo livres mas sem cativos viram surgir a oportunidade de vender, para os engenhos, cana produzida com seu próprio trabalho.

As mudanças na economia sebastianense no período 1778-98 foram consideráveis. Em realidade, esses anos testemunharam um vigoroso processo de crescimento econômico que, embora atingisse a vila toda (p. ex., o aumento da proporção de domicílios escravistas, que chegaram ao 43,5%, segundo consta na tabela 7), fundamentalmente beneficiou aos setores de maiores recursos: o ano de 1798 marcaria o pico do índice de Gini, das médias de cativos por domicílio entre os escravistas e entre todos os fogos, e também da posse mediana<sup>38</sup>. Entendemos, então, que esse enriquecimento permitiu que grandes e pequenos proprietários,

da Família e da População no Passado Brasileiro. São Paulo, IPE-USP/ANPUH, 1987, p. 3, 5 e 18. (mimeo.); finalmente, também consideramos nossas próprias informações para Ubatuba. (Ver: FERNANDEZ, Ramón V. García. *Transformações econômicas no Litoral Norte paulista (1778-1836)*. Ed. cit. cap. V). Em particular, a participação dos domicílios escravistas no total só seria superada pelas de Bananal e Ubatuba no auge da lavoura açucareira. O Gini também seria inferior ao da maioria das localidades e anos, superando apenas aos de algumas localidades muito pobres e voltadas à subsistência, tal o caso de Jacaréi em 1777, e de algumas das mencionadas vilas paranaenses. Resulta, da combinação destes dois fatores, um valor do Gini ampliado inferior a todos os registrados nas demais pesquisas, excetuando-se o da própria Velha São Sebastião em 1828, no período da decolagem do café.

38. Isto é, do tamanho do plantel ao qual pertencia o escravo mediano; no caso, quer dizer que a metade dos cativos moravam em grupos de 15 ou mais indivíduos. Na tabela 7 consideramos como “posse mediana” à mediana dos cativos, enquanto que denominamos como “mediana da posse” à mediana do tamanho do conjunto de cativos. Veja-se um exemplo: numa localidade hipotética há dez proprietários com um escravo cada um, cinco com dez escravos cada um, um com quinze e um com vinte e seis, totalizando 17 proprietários e 101 escravos. Nessa situação, a mediana da propriedade seria a quantidade de escravos possuída pelo proprietário mediano, ou seja o nono, isto é, um escravo. A posse mediana, por sua vez, seria o tamanho do conjunto de cativos que incluísse o escravo mediano, ou seja o quinquagésimo primeiro, isto é, dez escravos.

além de não-proprietários de escravos, se engajassem com sucesso na lavoura canavieira, pois a alta demanda de açúcar no mercado externo fazia com que os senhores de engenho precisassem de quantidades sempre crescentes de cana.

Todavia, a queda da demanda levaria a um brusco declínio na produção açucareira, conforme apontado: em 1801 só funcionavam 24 engenhos contra os 29 de 1798. Mais importante, contudo, é que sua produção média se reduziu de 762,5 arrobas em 1798 para 312,5 arrobas em 1801. Parece razoável imaginar que a diminuição das necessidades de matéria prima tenha levado a dar prioridade à cana própria (100% de cujo açúcar ficaria para seu dono), do que àquela plantada por terceiros (independentemente do tipo de vínculo que existisse entre os lavradores e os senhores de engenho). Desse modo, explica-se a redução do número de lavradores apontada na fim da seção terceira: verificamos que, embora em 1798 os lavradores representassem 43,1% dos domicílios da Velha São Sebastião, em 1803 apenas alcançavam uma participação de 13,6% do total de fogos.

### Algumas questões em aberto

Os resultados aqui apresentados, dependentes das informações das Listas Nominativas, não conseguem, contudo, esclarecer diversos assuntos importantes relacionados com a organização da lavoura canavieira na Velha São Sebastião. Em primeiro lugar, seria preciso um estudo comparativo da situação anterior à exploração dos preços no mercado internacional para entender porque em outras regiões da Capitania os engenhos conseguiram responder a ela sem recorrerem à cana produzida fora dos mesmos enquanto que em São Sebastião isso não se verificou.

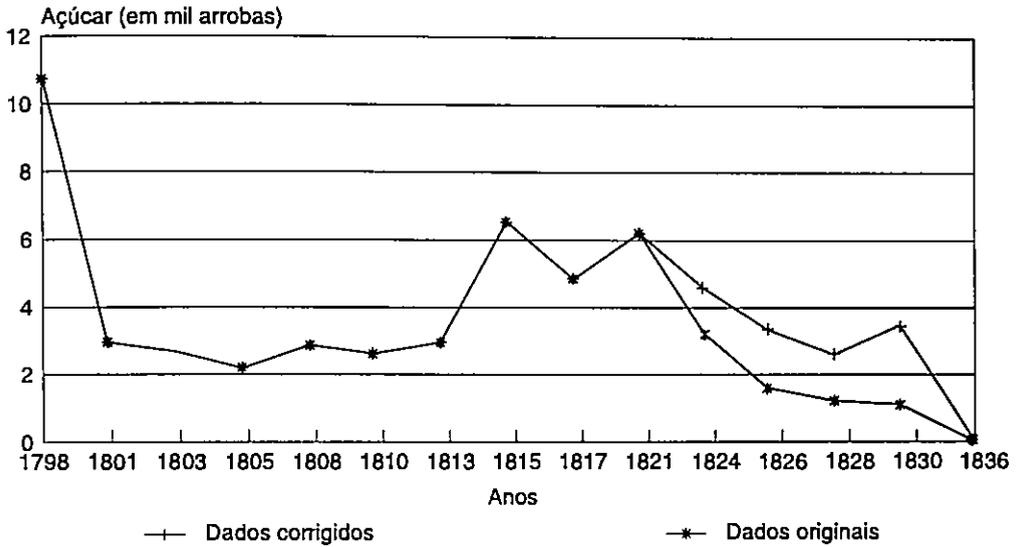
Uma segunda pergunta que permanece em aberto é a questão de como se deu o financiamento (seja ou não graças aos recursos dos próprios agricultores) que permitiu tanto a construção dos engenhos quanto a compra de um significativo contingente de cativos em um prazo relativamente curto de tempo.

Também resulta difícil estimar qual a relação entre a produção de um engenho e a mão-de-obra empregada. Dever-se-ia, especialmente, calcular o total de indivíduos residentes nos fogos que manifestaram estarem vinculados à lavoura canavieira, divididos por sexo, faixa etária e condição. Isto, contudo, sempre daria uma estimativa aproximada, pois resulta impossível por exemplo determinar, a partir exclusivamente das Listas Nominativas, se cada um dos escravos trabalhava no engenho (ou nos canaviais), na produção de alimentos, em serviços domésticos ou em qualquer outra atividade.

Finalmente, também não fica esclarecido quais eram os vínculos existentes entre os senhores de engenho e os lavradores. Ou seja, entendemos que os dados acima apresentados permitem interpretar que estabelecer uma rede de fornecedores de cana podia ser muito importante para o engenho, independentemente do

Gráfico 1

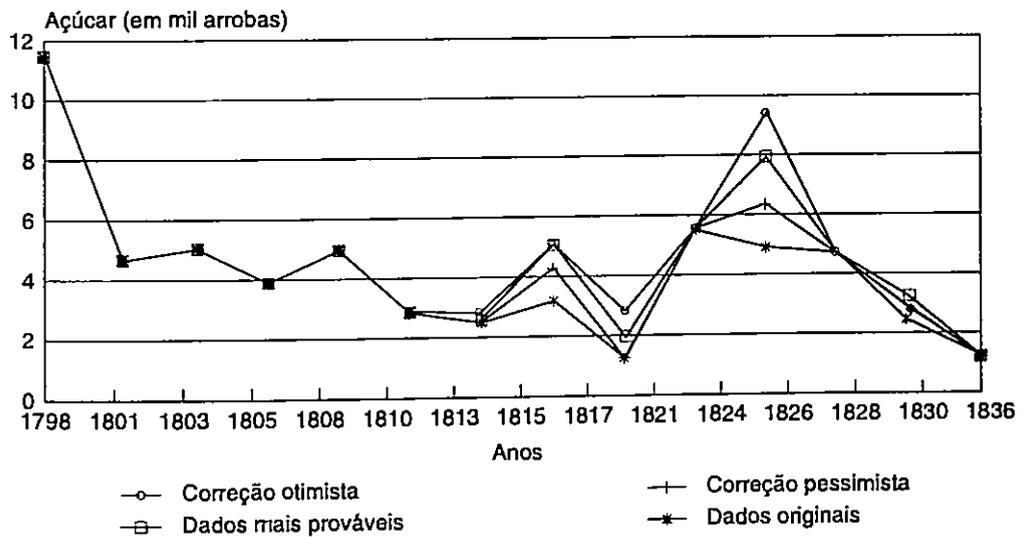
São Sebastião - Açúcar. Produção no Período 1798-1836



Fonte: Listas Nominativas, AESP.

Gráfico 2

Vila Bela - Açúcar. Produção no Período 1798-1836



Fonte: Listas Nominativas, AESP.

vínculo que estes produtores mantivessem com a terra. Obviamente, o tipo de relação com ela influenciaria o poder de barganha dos lavradores com o engenho. Como diz Schwartz<sup>39</sup>.

“os agricultores em posição mais vantajosa eram os que possuíam a terra em que trabalhavam, adquirida por concessão ou compra. O fato de serem proprietários independentes permitia-lhes considerável flexibilidade nas negociações sobre a moagem da cana com os senhores de engenho”<sup>40</sup>.

Desse ponto de vista, as Listas Nominativas, trabalhando ao nível de domicílio, não fornecem pistas para esclarecer este enigma. Lembre-se, contudo, que esforços nesse sentido têm sido feitos através do cruzamento das listas de anos posteriores com o censo de terras de 1817. Os dados apresentados a esse respeito inicialmente por Marcílio<sup>41</sup>, e posterior e especialmente por Rangel<sup>42</sup>, permitem visualizar uma trama bastante complexa de relações entre os diferentes chefes de fogo – todos iguais como cabeças de domicílios, mas aparentemente com diferentes graus de direitos sobre a terra – que merece maior atenção em pesquisas futuras.

#### THE SUGAR CANE PLANTERS OF SÃO SEBASTIÃO

ABSTRACT: It is well-known that the planters that grew sugar cane without owning mills (the “Labradores”) were important in Colonial Brazil as a whole, but not in the state of São Paulo. However this paper shows that their presence was very significant in the county of São Sebastião, in that state, where a relative boom – based in the plantation of sugar cane – occurred between 1780 and 1830, approximately. This paper puts forward that the relatively high increase in the demand of sugar in that period may have led the most wealthy farmers to concentrate their means in building mills, so they needed to complement their labour with the work of free men and their slaves, when they owned some.

KEYWORDS: Sugar cane; São Sebastião (SP); “lavradores”; slaves; Colonial Brazil.

39. SCHAWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. Ed. cit. p. 249.
40. Por sua vez, lembre-se também que a meação e o arrendamento da terra são, do ponto de vista do proprietário, “...uma maneira efetiva de compartilhar custos e riscos sem perder o controle da terra...” (Ver SCHWARTZ, Stuart B. *Free labor in a slave economy: the lavradores de cana of colonial Bahia*. In: ALDEN, Dauril, ed. *Colonial roots of modern Brazil*. Berkeley, University of California Press, p. 152).
41. MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caiçara: terra e população – estudo de demografia histórica e de história social de Ubatuba*. São Paulo, Paulinas/CEDHAL, 1986, p. 56-66 e 90-100.
42. RANGEL, Armênio de Souza. *Op. cit.* p. 232-43.